

# **CÂMARA MUNICIPAL**

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 16/2017**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2017**

(Contém 15 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA CALISTO DECQ MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – JOSÉ DUARTE BARBOSA CABECINHA

VEREADORA – GRAÇA DE LURDES RESENDES COSTA ARAÚJO

VEREADORA – SUSANA MARIA GOULART PEREIRA DA COSTA

**FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:**

VEREADORA – ELISABETE DO CARMO PACHECO TAVARES

VEREADOR – MARCO PAULO DA SILVA TEIXEIRA

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 16/2017****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2017**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Marco Paulo da Silva Teixeira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 7 de agosto de 2017.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação a Senhora Vereadora Susana Maria Goulart Pereira da Costa, porque não esteve presente naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e pela Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Marco Paulo da Silva Teixeira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 28 de outubro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:****REPRESENTAÇÕES:**

O Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Moniz informou que participou, em representação da Câmara Municipal, no intercâmbio entre Dartmouth Youth Soccer Association, Clube Operário Desportivo e Santiago Futebol Clube, no Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda, no passado dia 11 de agosto.

A Câmara tomou conhecimento.

**ORDEM DO DIA:****PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

**“PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RECEBEU FILARMÓNICA DE NEW BEDFORD**

No passado dia 8 de agosto, a Presidente da Câmara Municipal recebeu, no jardim do edifício dos Paços do Concelho, a Banda Filarmónica do Senhor da Pedra, de New Bedford dos Estados Unidos da América que esteve de visita à Ilha de S. Miguel.

Na ocasião, a Presidente da Câmara Municipal deu as boas vindas à Filarmónica, desejando a todos uma excelente estadia nos Açores e, em particular, na Lagoa, esperando que seja igualmente uma visita profícua no reforço das relações institucionais e de que resultem troca de conhecimentos e experiências.

A Filarmónica de New Bedford esteve na ilha em intercâmbio com a Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva. É constituída por 60 elementos, sendo o Presidente da Banda Filarmónica Mário Almeida e o maestro Alfredo Pacheco. Nesta visita à «Ilha Verde», a banda norte-americana fez-se acompanhar por alguns familiares, especificamente cerca de 15 famílias.

### **XI CORTEJO ALEGÓRICO «QUANDO A TELEVISÃO ERA A PRETO E BRANCO»**

Integrado nas festas em honra de Nossa Senhora dos Anjos, e à semelhança dos anos anteriores, a Casa do Povo de Água de Pau e a Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Anjos, com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa e da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural, promoveram o XI Cortejo Alegórico, no passado dia 13 de agosto, alusivo ao tema «Quando a Televisão era a Preto e Branco».

O cortejo que é um registo vivo da autenticidade e da valorização da cultura popular, da sua história e dos seus costumes contou, como nas edições anteriores, com a forte colaboração e participação de grande parte da população pauense e do Município Lagoense, assim como de alguns visitantes de outros municípios da Ilha Verde, que por ocasião das festas da padroeira de Água de Pau, visitam esta localidade.

Tal como habitualmente, foi realizada a tradicional “Migalha”, onde as pessoas da Vila de Água de Pau ofereceram objetos, bolos, bordados, hortaliças e frutas, entre muitas outras coisas que foram distribuídos e arrematados durante as festas em honra de Nossa Senhora dos Anjos.

### **VISITA ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE DE ÁGUA DE PAU**

No passado dia 17 de agosto, a Presidente da Câmara Municipal visitou as obras de construção da creche de Água de Pau, um equipamento há muito ambicionado pela população pauense, representando um investimento que ascende os 1,2 milhões de euros e que visa criar condições para acolher 42 crianças.

A Presidente da Câmara Municipal, durante esta visita, salientou que esta obra é de fundamental importância para Água de Pau, justificando-se pelo crescimento demográfico que esta Vila assiste. Um investimento, por conseguinte, há muito tempo ansiado por esta população, que sempre apresentou necessidades a este nível e que mostra bem a boa cooperação entre o Governo Regional dos Açores, a autarquia e as instituições lagoenses em apostar em projetos prioritários e que visam colmatar as reais necessidades da comunidade. Congratulou, igualmente, a Casa do Povo de Água de Pau pela realização desta obra, um sonho tornado realizado, bem como a empresa construtora e toda a equipa de trabalho envolvente.

## **CONCLUÍDA A OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DO CONVENTO DOS FRANCISCANOS**

Já se encontra concluída a obra de requalificação do jardim do Convento dos Franciscanos. A Presidente da Câmara Municipal aquando da visita a esta obra afirmou que, esta foi uma requalificação necessária que culmina com um conjunto de fases que visaram a requalificação do principal jardim da cidade por si já valorizado por ficar localizado junto a um edifício histórico classificado – o Convento dos Franciscanos e cuja intervenção ascende os cem mil euros.

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, nesta obra, foi substituída a iluminação de todo o jardim, garantindo uma maior e melhor iluminação do jardim. Contemplou-se, igualmente, a colocação de luminárias led's, numa ótica política de eficiência energética. Igualmente, todos os espaços verdes do jardim foram melhorados com a plantação de novas árvores, arbustos e herbáceas de revestimento, entre outras espécies.

## **FESTA BRANCA DO CONVENTO**

No passado dia 19 de agosto, o Convento dos Franciscanos “vestiu-se” de branco para acolher mais uma edição da Festa Branca, que foi a 7.<sup>a</sup> edição, numa iniciativa organizada pela autarquia lagoense. Marcaram presença nesta festa cerca de 3200 pessoas que se realizou num conceito próprio dos grandes bailes de verão realizados nas grandes capitais europeias e que se têm estendido aos Açores. A Festa Branca do Convento iniciou-se pela 23h00, ao toque de todos os grupos de tambores dos escuteiros / escoteiros do Concelho de Lagoa que marcaram presença com as suas atuações desde a rua de Santo António e Praça da República Portuguesa, em Santa Cruz até ao recinto de um dos palcos da festa branca no interior do Convento dos Franciscanos. A contribuir para a abertura da festa esteve o espetáculo surpresa protagonizado pela Associação Tradições e pelo grupo ON. A animação musical que terminou de madrugada pelas seis da manhã, foi realizada pela já habitual presença da Banda.Com, Oceanus e os Dj lagoenses Kevin Piques e Fábio S que atuaram em simultâneo em diferentes palcos.

Este ano, a autarquia optou por uma decoração simples que valoriza o artesanato local, desde logo a realização de bonecas e flores em folhas de milho da freguesia da Ribeira Chã associada com a azulejaria portuguesa, concretizada, como habitualmente, pelos recursos humanos da autarquia, com a colaboração de instituições lagoenses, numa ótica de contenção de custos.

## **NOVA TRIBUNA DO CAMPO JOÃO GUALBERTO BORGES ARRUDA**

A nova tribuna do Campo João Gualberto Borges Arruda, na cidade de Lagoa, foi inaugurada, no passado dia 20 de agosto. Uma promessa cumprida pela Presidente da Câmara Municipal que disse publicamente aquando da inauguração do novo sintético que caso a candidatura

para o novo equipamento não fosse aprovada pela Federação Portuguesa de Futebol, assumiria a sua construção.

A Presidente da Câmara Municipal sublinhou que a nova tribuna é um local especialmente dedicado para os profissionais da comunicação social e que vem dignificar a atividade jornalística, para que seja realizada com melhores condições. Igualmente mencionou que, as obras de beneficiação no Campo João Gualberto Borges Arruda foram realizadas de forma gradual, salientando que o mais importante é que a obra ficou concluída, ficando este campo municipal mais dignificado e com todas as condições para quem o frequenta.”

A Câmara tomou conhecimento.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL:**

#### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA - APOIO AO PROJETO DO ENSINO VOCACIONAL:**

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta referente ao apoio no Projeto do Ensino Vocacional, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Município de Lagoa possui o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo que visa o desenvolvimento educacional através da atribuição anual de bolsas de estudo aos estudantes cujo agregado familiar resida no Concelho de Lagoa - Açores há mais de três anos e que frequentem ou pretendam frequentar estabelecimentos do Ensino Superior;

No ano letivo anterior foi dado apoio por parte deste Município ao Ensino Vocacional, no Concelho de Lagoa, no sentido de diversificar a oferta formativa e de promover a diferenciação de percursos, em que todos os alunos devem aceder a alguma forma de qualificação e de combate à exclusão;

Continua a ser aposta deste Município, o apoio no Ensino Vocacional, estando previsto para o próximo ano letivo de 2017/2018, três turmas do Ensino Vocacional, sendo duas turmas para o segundo ano e uma para o primeiro ano, num total de 35 alunos;

Assim proponho, que se proceda apenas às renovações das bolsas de estudo, para o ano letivo de 2017/2018, anteriormente atribuídas, desde que preencham as condições estabelecidas no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e seja dado continuidade ao apoio no projeto do Ensino Vocacional.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Concordar com o teor da proposta apresentada;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

**PONTO N.º 3 – PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CALAG - CLUBE DE ATLETISMO DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE LAGOA:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou e colocou à votação, a proposta de atribuição de apoio financeiro ao CALAG - Clube de Atletismo da Escola Preparatória de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, o CALAG - Clube de Atletismo da Escola Preparatória de Lagoa pretende organizar um evento de divulgação das atividades de montanhismo e escalada no Concelho de Lagoa, no próximo dia 5 de outubro, Dia da Montanha e da Escalada, sendo o local escolhido para a realização desta divulgação o Trilho Municipal das Pedras Brancas e as vias de escalada do mesmo nome;

Considerando ainda que, o plano anual de atividades do Serviço de Desporto, mormente na dinamização da rota da água, a necessidade de equipar vias de corrente e escalada que ficarão ao dispor da comunidade para livre usufruto e dinamização junto das escolas, proponho a atribuição de um apoio financeiro ao CALAG - Clube de Atletismo da Escola Preparatória de Lagoa, para aquisição de material para a manutenção e retificação de algumas vias de escalada, no valor de 928,35 € (novecentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos).”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir ao CALAG - Clube de Atletismo da Escola Preparatória de Lagoa, um apoio financeiro no valor de 928,35 € (novecentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos);

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao CALAG - Clube de Atletismo da Escola Preparatória de Lagoa.

**PONTO N.º 4 – PROPOSTA – CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS EM RUÍNAS PARA EFEITOS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:**

Foi presente a proposta sobre a classificação e avaliação de prédios em ruínas para efeitos de imposto municipal sobre imóveis - IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Por força do disposto no artigo 112.º, n.º 3, do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, adiante designado somente por CIMI, os prédios em ruínas têm as suas taxas agravadas ao triplo, por efeito da lei;

Para salvaguarda dos princípios da legalidade e imparcialidade a que a administração pública está sujeita, designadamente nos termos dos artigos 3.º e 6.º do Código do Procedimento Administrativo, respetivamente, importa estabelecer o conceito de prédios em ruínas a fim de assegurar a objetividade da sua classificação.

Na falta de diploma próprio que defina prédio em ruína, entende-se, técnica e juridicamente, que revestem as seguintes características:

- a) Edifícios antigos que ruíram ou desmoronaram, ou que foram parcialmente demolidos, que mantenham as fachadas exteriores;
- b) Edifícios descritos na alínea anterior que, para além das fachadas, mantenham, total ou parcialmente, as paredes-mestras;
- c) Restos de construções antigas que ruíram, que desmoronaram ou foram demolidas, nomeadamente fundações e paredes-mestras;
- d) Edifícios demolidos por iniciativa do proprietário ou por imposição administrativa, cuja estrutura estava em risco de ruína ou era irrecuperável;

Os prédios que constam da listagem anexa à presente proposta revestem aquelas características.

Nos termos do n.º 16 do artigo 112.º do CIMI, a identificação de prédios e frações urbanas em ruínas compete à Câmara Municipal, e deverá ser comunicado aos Serviços de Finanças, até 31 de dezembro.

Contudo, a classificação final de prédio em ruína depende de audiência dos interessados, a realizar nos termos do artigo 100.º do CPA.

Assim, deverá a Câmara Municipal considerá-los como tal, sem prejuízo da eventual alteração que do exercício do direito da audiência dos interessados possa vir a resultar.

Por conseguinte, proponho que se delibere:

- a) Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;
- b) Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;
- c) Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

**1.º** Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;

**2.º** Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;

**3.º** Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Ventura Moniz, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE MENSALIDADE – CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO – RATIFICAÇÃO:**

Pela Direção do Clube Operário Desportivo foi presente o pedido de antecipação da mensalidade do mês de setembro de 2017 para fazer face a despesas inerentes ao início da época.

Pela Senhora Presidente da Câmara foi exarado, em 02 de agosto de 2017, o seguinte despacho: “Autorizado. À reunião para ratificação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 02 de agosto de 2017, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**O Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Ventura Moniz regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.**

#### **PONTO N.º 6 – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE MENSALIDADE – CASA DO POVO DO CABOUÇO – RATIFICAÇÃO:**

Pela Casa do Povo do Cabouço foi presente o pedido de antecipação da mensalidade do mês de setembro de 2017, por motivos de dificuldade de tesouraria.

Pela Senhora Presidente da Câmara foi exarado, em 07 de agosto de 2017, o seguinte despacho: “Autorizado. À reunião para ratificação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 07 de agosto de 2017, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 7 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2017:**

Pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, foi presente o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2017, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:**

**PONTO N.º 8 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 25 de agosto do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.011.145,10 € (um milhão onze mil cento e quarenta e cinco euros e dez centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

**PONTO N.º 9 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, CAMINHO FUNDO, REMÉDIOS, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Foi presente o processo apresentado por Luís Duarte Almeida Barbosa, proprietário de um prédio urbano, sito no Caminho Fundo n.º 1B, Remédios, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com a área de 1.136,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Caminho Fundo; Sul – Luís Duarte Almeida Barbosa; Nascente – António Cândido Tavares e

Poente – Diana Paula C. Barbosa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1739/20030326 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 1892, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 389,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Caminho Fundo; Sul – Luís Duarte Almeida Barbosa; Nascente – António Cândido Tavares e Poente – Diana Paula C. Barbosa.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 99/17-DESTQ, de 08 de agosto do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, informo que o destaque da parcela do prédio urbano se situa dentro do perímetro urbano e inserido em Solo Urbanizável – Espaços Residenciais (Nível IV) no Plano Diretor Municipal.

Assim sendo, a parcela a destacar cumpre com n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, pelo que nada temos a opor à pretensão.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

**PONTO N.º 10 – PROCESSO URBANÍSTICO/ADMINISTRATIVO DE ALTERAÇÃO/ADENDA AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2005 E COMUNICAÇÕES PRÉVIAS N.º 4/2014 E N.º 11/2016:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em suas reuniões de 29 de março, 8 de maio e 28 de junho de 2017, foi novamente presente o processo urbanístico/administrativo de alteração/adenda ao alvará de loteamento n.º 1/2005 e comunicações prévias n.º 4/2014 e n.º 11/2016, acompanhado da exposição apresentada pelo requerente e do parecer jurídico emitido pelo Jurista ao serviço desta Câmara Municipal.

A Senhora Presidente explicou o ponto de situação referente ao presente processo.

Pelo Senhor Vereador José Cabecinha foi referido que vota contra qualquer tipo de indemnização referente a este processo e tal como disse em reunião Camarária, de 29 de março do corrente ano, devem de ser apuradas as eventuais responsabilidades do técnico ou demais pessoas que possam ter contribuído para a atual situação, e que, por conseguinte também assuma as consequências financeiras.

A Senhora Vereadora Susana Goulart Costa afirmou que votava favoravelmente no que concerne ao pagamento de 36.000,00 € (trinta e seis mil euros) ao Senhor Roberto Sousa, considerando a complexidade do assunto, o prejuízo do município em causa e a responsabilidade que esta autarquia deve assumir em relação às suas decisões como entidade de bem, independentemente da pessoa individual que as tomou. Todavia, também considera pertinente a partilha de responsabilidades havendo provas de dolo. Por este motivo, considerou que, depois de terminado o processo que presentemente está sob a responsabilidade do Ministério Público, se forem apuradas responsabilidades aos arquitetos envolvidos no

processo, o Município da Lagoa deve tomar decisão sobre a imputação ou não de encargos penalizadores aos técnicos envolvidos no processo.

A Senhora Vereadora Graça Costa Araújo informou que se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor da Senhora Presidente, do Senhor Vice-Presidente e da Senhora Vereadora Susana Goulart Costa, com o voto conta do Senhor Vereador José Cabecinha e com a abstenção da Senhora Vereadora Graça Costa Araújo:

1.º Face aos elementos que consta do processo, nomeadamente faturas, recibos, avaliações e relatórios técnicos, indemnizar o valor de 36.000,00 € (trinta e seis mil euros), peticionados pelo dono de obra, a título de compensação por todos os custos despendidos/danos sofridos pelo lesado requerente em resultado dos processos administrativos urbanísticos em questão;

2.º Solicitar que o requerente comprove a efetiva aquisição e fornecimento do material a aplicar em obra, nomeadamente os alumínio e vidros pois aquele valor resulta, essencialmente, do custo da construção já efetuada e a real aquisição, e não anulação/devolução, deste material;

3.º Encarregar o Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal que efetue a emissão de documento de quitação onde aquele ateste, de forma expressa, que recebeu todo o valor devido, a título de compensação global, pela alteração do processo de loteamento n.º 1/2005 e aprovação/não rejeição e comunicações prévias n.º 4/2014 e 11/2016, edificações entretanto executadas, bem como das suas subseqüentes anulações dos processos e demolição das edificações e que nada mais haverá a pagar ou a reclamar desta autarquia no âmbito da aprovação, execução e anulação daqueles processos administrativos e correspondentes operações urbanísticas edificadas/demolidas;

4.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao requerente.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS, ÁGUAS E SERVIÇOS URBANOS:**

#### **PONTO N.º 11 – ATA N.º 1/2017 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente a ata n.º 1/2017, da reunião realizada no dia 25 de janeiro de 2017, da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, a qual foi aprovada, por unanimidade, na reunião daquela Comissão, de 03 de agosto de 2017.

A respetiva ata contém os assuntos que já foram apresentados em proposta, na reunião da Câmara Municipal de 06 de fevereiro de 2017, para além de outros assuntos referente a situações de trânsito, os quais foram todos aprovados, por unanimidade.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar e aprovar as propostas apresentadas na ata n.º 1/2017 da reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, realizada em 25 de janeiro de 2017;

2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

### **PONTO N.º 12 – PROPOSTA – ASSUNTOS PRESENTES NA REUNIÃO DE 03-08-2017 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

O Senhor Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores apresentou a proposta com os assuntos presentes na reunião realizada no dia 03 de agosto de 2017 da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“A Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores reuniu no passado dia 03 de agosto de 2017 e foram presentes os seguintes assuntos:

- Pedido de reavaliação do percurso de trânsito na Rua D. Manuel Medeiros Guerreiro, Freguesia de Santa Cruz – Pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Santa Cruz;
- Pedido de alteração do sentido do trânsito na Rua de Cima, freguesia de Santa Cruz – Pedido apresentado por Brígida Natália de Lima Ferreira;
- Outros assuntos.

Sobre os referidos assuntos a Comissão deliberou, por unanimidade, concordar na íntegra com as soluções apresentadas e apresentar proposta à reunião da Câmara Municipal, para que aprove as mesmas e se proceda em conformidade.

- Sobre o pedido de reavaliação do percurso de trânsito na Rua D. Manuel Medeiros Guerreiro, na Freguesia de Santa Cruz, foi deliberado concordar com a proposta apresentada de proibição do estacionamento em ambos os sentidos da Rua D. Manuel Medeiros Guerreiro, na freguesia de Santa Cruz;

- Relativamente ao pedido de alteração do sentido do trânsito na Rua de Cima, freguesia de Santa Cruz, foi deliberado indeferir o pedido apresentado, uma vez que não é viável a sua execução.

No ponto, outros assuntos, foram apresentados os seguintes pedidos, aos quais foi deliberado concordar com as soluções apresentadas:

- Marcação de passadeira junto à rampa de acesso ao Polidesportivo de Água de Pau;

- Proibição do estacionamento em ambos os sentidos da Rua Augusto Manuel de Freitas, no troço compreendido entre a Rua Germano da Costa Júnior e a Av. Infante D. Henrique, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Criação de lugares de estacionamento, num espaço existente no lado poente da Av. António de Medeiros e Almeida e após a execução desses lugares de estacionamento, proibir o estacionamento na Av. António de Medeiros e Almeida, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, a partir da marcação existente de dois lugares para a Escola de Condução Lagoense e até ao local de estacionamento;
- Limitar o tempo de estacionamento, no lado Sul do Largo Ville de Sainte-Thérèse, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, colocando um sinal de “Estacionamento autorizado 30 minutos”;
- Criação de lugares de estacionamento, junto ao Emissário Submarino e após a execução de lugares de estacionamento, proibir o estacionamento na Avenida Litoral, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Retirar a marcação de um lugar de estacionamento, próximo da passadeira, na Rua do Espírito Santo, junto ao Edifício da Caixa Geral de Depósitos, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, reduzir aquele espaço e demarcá-lo para estacionamento de motociclos, de forma a evitar acidentes naquele local.

Na sequência dos assuntos anteriormente apresentados e da falta de espaço de estacionamento, a Comissão de Trânsito deliberou, recomendar à Câmara Municipal que diligencie a compra de alguns terrenos ou de edifícios em ruínas, para a criação de estacionamento na Cidade de Lagoa, face ao problema que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

Mais deliberou, a Comissão de Trânsito, recomendar que aquando da aprovação de projetos para novos estabelecimentos comerciais, seja imposta pela Câmara Municipal a condição de criação de lugares para estacionamento.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Concordar e aprovar a proposta apresentada pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

**ENCERRAMENTO:**

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 09:45 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

---

CRISTINA CALISTO DECQ MOTA